

Economia Solidária: possibilidades e desafios*

Paul Singer**



* Este texto foi extraído da palestra proferida pelo Professor Paul Singer no Sindicato dos Engenheiros no Rio de Janeiro. Este evento foi promovido pelo Núcleo de Trabalho e Renda da FASE Nacional e coordenado por Rosemary Gomes.

** Doutor em Sociologia (1966), Livre-Docente em Demografia (1968), Professor Adjunto (1981) e Professor Titular de Macroeconomia (1984), todos estes títulos obtidos na Universidade de S.Paulo. Atualmente é Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e Coordenador Acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP.

É autor de 23 livros, dentre estes *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*, S.Paulo, Contexto, 1998, *Utopia militante: repensando o socialismo*, Petrópolis, Ed.Vozes, 1998, *O Brasil na crise: perigos e oportunidades*, S.Paulo, Ed.Contexto, 1999, e, ainda, *Economia Socialista* (em colaboração com João Machado), S.Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000 e Singer, Paul e Souza, André Ricardo de (org.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, S.Paulo, Ed. Contexto, 2000.

Não há a menor dúvida de que as primeiras cooperativas que surgem na História Moderna ocorrem durante a Revolução Industrial, com características explicitamente socialistas. Isto é, se tenta inventar uma empresa produtiva em que não haja separação entre propriedade e trabalho, quer dizer, todos os que trabalham são proprietários por igual desta empresa. E isso acontece no momento em que o capitalismo industrial tem um enorme avanço, se espraia sobre a Inglaterra e, mais tarde, sobre a Europa, América do Norte, o resto do mundo. O desafio que o cooperativismo apresenta ao capitalismo no começo do século XIX é um desafio frontal e insurrecional-revolucionário. Essa primeira onda revolucionária em que sindicato e cooperativa eram praticamente idênticos (as cooperativas até hoje se consideram filhas do sindicalismo), foi derrotada pelas armas clássicas da repressão: depois de fazer locautes, mandar todos os trabalhadores para a rua e obrigá-los pela fome a se submeter, o patronato inglês inventou as “listas negras”, das quais constava o nome das pessoas que eram de sindicatos, que, por sua vez, foram declarados ilegais. Estas pessoas passavam a não conseguir nenhum tipo de emprego e, para tirar qualquer dúvida, as pessoas que iriam trabalhar nas empresas tinham que assinar um juramento de que não se filiariam a qualquer sindicato. Então este foi o primeiro episódio.

Daí sobrevivem algumas cooperativas e o cooperativismo dá um enorme salto adiante através da formação de cooperativas de consumo. Cooperativa de consumo é o oposto simétrico da cooperativa de produção, ou seja, a cooperativa de consumo é uma união de consumidores que juntam seu parco dinheirinho para garantir um melhor consumo alimentar.

E por que os trabalhadores organizaram estas cooperativas? Porque os salários eram tão baixos para os trabalhadores não qualificados na Inglaterra nessa época, que eles não conseguiam comprar a comida a não ser adulterada (por exemplo, cal misturada na farinha de trigo), cujos preços eram mais baixos. As primeiras cooperativas de consumo

davam toda ênfase à pureza dos alimentos que vendiam aos seus sócios.

As cooperativas de consumo ficaram imensas. Elas eram eficientes e foram um ensaio socialista, porque ensinavam os trabalhadores comuns a gerir grandes empresas. As cooperativas inglesas criaram uma central de cooperativas por atacado. Essa central importava chá da Índia, manteiga da Dinamarca, trigo dos EUA e dominava uma boa parte do mercado britânico. Chegou a ter frota comercial, plantações nas colônias e inclusive fábricas de alimentos, de roupas etc. na própria Inglaterra.

Criou-se dentro desse cooperativismo de consumo uma elite de gerentes do cooperativismo operário. E aí tivemos a primeira grande prova da degeneração das cooperativas. Isso é um fato importante que vai se repetir insistentemente. A degeneração acontece quando os empreendimentos dão certo economicamente. Quando o êxito econômico acaba se transformando num fim em si, aparece uma incompatibilidade total com os princípios do próprio cooperativismo. Os princípios do cooperativismo que vêm com Rochedale¹, afirmam que todos são iguais. Significa dizer que todos os cooperados têm a mesma cota de capital, todos têm um voto por cabeça, todos se fazem representar, todos participam das decisões.

Nas empresas que essas cooperativas de consumo criaram, a partir de 1870, os seus dirigentes acharam mais prático adotar o trabalho assalariado. Isso é uma violação total aos princípios do cooperativismo – transformar os cooperados em patrões. E isto é muito comum hoje. Pensem nas nossas cooperativas agrícolas. Quando ficam grandes e poderosas, as cooperativas passam a ter empregados, trabalhadores em usinas de pasteurização de leite, manteiga, queijo, processamento de cereais. Hoje temos grandes cooperativas agrícolas que são patronais no sentido de que exploram o trabalho de agrônomos, engenheiros, economistas, e trabalhadores de toda espécie.

¹Primeira cooperativa moderna fundada em 1844 por 27 tecelões e uma tecelã em Rochedale, Inglaterra.

Esta questão causou, e isso é importante historicamente, uma profunda divisão no sindicalismo inglês e mundial, porque, não foi aceito pacificamente pelos outros cooperadores e houve um debate que retardou por muitos anos a formação da Aliança Cooperativa Internacional. No final das contas o debate foi encerrado com a vitória dessas cooperativas que empregam assalariados. E hoje na Aliança Cooperativa Internacional, assim como na OCB, (Organização das Cooperativas Brasileiras), existem cooperativas cujos sócios não são pessoas físicas, o que já é um absurdo do ponto de vista dos princípios do cooperativismo. Cooperativas de 1º grau que têm como sócios empresas capitalistas. É uma completa inversão de valores: uma forma igualitária e democrática de organizar uma atividade econômica vira uma associação de empresas que exerce um monopólio. A Açúcar União, p.ex., é um monopólio da produção de açúcar e é uma cooperativa.

Portanto, o cooperativismo na verdade tem dois campos. Por um lado, continua tendo as cooperativas autênticas que eu chamaria de socialistas, solidárias, igualitárias, democráticas, em que os sócios são trabalhadores ou são consumidores, são pessoas físicas e aí a igualdade faz todo sentido. E, por outro, as que levam à frente uma visão capitalista como as agrícolas em que você tem grandes fazendeiros capitalistas explorando pequenos camponeses ou os grandes fazendeiros e os pequenos produtores associados na mesma cooperativa.

À primeira vista não se sabe o que cooperativa é. Tudo tem o nome de cooperativa, tudo pertence às mesmas federações etc., mas olhando um pouco a composição percebe-se imediatamente a enorme diferença.. Essa distinção é absolutamente vital em termos de valores, em termos de orientação e em termos de prática. Não obstante, estamos todos juntos sob a denominação de cooperativa. Por que não nos separamos? Por que nós não criamos um campo do cooperativismo popular, socialista, dos trabalhadores e deixamos os outros do outro lado?

É uma boa pergunta. Eu não sei exatamente a resposta, mas acho que a pergunta tem que ser discutida entre nós. Há uma razão prática e que certamente pesa nessa ambigüidade mal tolerada: é que hoje a grande maioria dos países incentiva o cooperativismo. São políticas apoiadas tanto pela esquerda como pela direita. Todos os países têm leis de proteção ao cooperativismo – incentivos fiscais – e outros privilégios dados às cooperativas. Essa é uma das razões para que empresas capitalistas assumam a forma de cooperativa. Mas, isso provavelmente é uma das razões porque as cooperativas autênticas, as cooperativas solidárias, também adotem o nome e tentam se manter enquanto cooperativas, porque na competição com as empresas capitalistas ter as vantagens da legislação provavelmente é importante.

Eu queria, a partir desse preâmbulo, discutir um aspecto central disso que chamamos de economia solidária. Acho que já ficou claro que economia solidária são formas de organização econômica que adotam os valores da democracia levados até as últimas conseqüências dentro da área econômica: de que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de decisão, se tiver que delegar todos votam por igual e as pessoas que os representam têm que se submeter à sua vontade senão são destituídas e são eleitas outras. Então, economia solidária é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas.

Mas a igualdade e a democracia são absolutamente centrais. Eu insisto nisso sem querer ser infantil ou radical. Se nós olharmos a realidade - e eu estou pela Unitrabalho numa equipe que está há anos tentando estudar o que há de economia solidária no nosso país - percebemos que a economia solidária está crescendo imensamente e que nesse mundo enorme de cooperativas, associações etc., formais e informais, esses princípios se aplicam de uma forma extremamente desigual. Mesmo quando eles estão nos estatutos - não estou falando agora das cooperativas em que os sócios são empresas capitalistas, mas do nosso lado, das que estatu-



tariamente e no seu discurso pretendem ser democráticas e igualitárias - muito poucas destas cooperativas são efetivamente democráticas e igualitárias. Por quê? Porque raramente as instituições humanas cumprem totalmente os seus desígnios e as cooperativas não são diferentes. Vamos olhar, só para pegar um exemplo muito próximo do cooperativismo, os sindicatos. O que são os sindicatos? São associações voluntárias de trabalhadores, necessariamente democráticas, cuja finalidade é defender os interesses comuns dos trabalhadores. Se nós pegarmos todos os sindicatos brasileiros, se nós conseguíssemos fazer uma boa pesquisa, não uma pesquisa formal com o olhar de fora, mas entrar lá dentro, ver como é que funciona, o que nós encontraríamos? Provavelmente uma minoria de sindicatos que atuam inteiramente de acordo com o seu programa. Outros são totalmente patronais, alguns chegam a ser meros departamentos de polícia política, são repressivos, vendidos etc. Mas muitos outros ser revelariam autenticamente democráticos e representativos. E a maioria possivelmente estaria entre os extremos, não sendo integralmente uma coisa nem outra.

E se nós tomássemos as escolas? Se nós tomássemos as igrejas? Se nós tomássemos as famílias, falando de uma instituição que é íntima e cara a todos nós? Quantas dessas instituições são perfeitas no que se refere a sua verdadeira vivência em relação aos seus ideais? Poucas. Então seria espantoso se nós, no meio dessa humanidade que nem sempre consegue cumprir todos os seus propósitos, não consegue realizar na prática todos os seus ideais, encontrássemos num campo específico da organização econômica uma série de organizações maravilhosas, de fato inteiramente democráticas, inteiramente igualitárias. Não seria de se esperar mesmo.

A economia solidária, no entanto, é um projeto que se realiza de fato, e assim como existem esses processos degenerativos, existem os processos regenerativos dos quais é muito importante falar também. Assim como sindicatos, igrejas, famílias degeneram, tornam-se piores, fogem aos seus ideais, eles também podem se recuperar e muitas vezes se recuperam, a mesma coisa acontece com as empresas solidárias. Na medida em que permanece uma base viva de democracia e igualdade, enquanto

há propostas e ideais, sempre existe a oportunidade e a possibilidade que um certo grupo de sócios se organize, tome a cooperativa e volte a fazer com que ela seja autêntica como muitas vezes, no passado, ela foi.

O que eu quero dizer em resumo é que a economia solidária é uma coisa humana. Ela é falível, cheia de altos e baixos, mas, enquanto força total, enquanto movimento coletivo, nós podemos dizer, sem nenhum exagero que a economia solidária é uma resposta a uma profunda crise social que a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a falta de crescimento econômico e a globalização acarretaram, marginalizando uma grande quantidade de trabalhadores, de pequenos empreendedores e de camponeses pelo país afora.

Como resposta a essa crise, a economia solidária, que já existia no Brasil em outras circunstâncias, renasce com muito vigor e tem êxito no sentido de reintegrar à atividade produtiva, a esta altura, provavelmente, centenas de milhares de pessoas. Ela cumpre um importantíssimo papel econômico, social e político. Hoje inúmeros trabalhadores estão formando cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, estão transformando empresas em vias de falir, ou que já faliram, em cooperativas ou empresas coletivas geridas pelos próprios trabalhadores, reabilitadas pelo esforço comum dos seus próprios trabalhadores e assim por diante. O que motiva esses trabalhadores todos, os seus sindicatos, e os que lhes dão apoio é lutar contra a pobreza, contra a exclusão social, contra o desemprego.

No entanto, se nós olharmos para mais longe, para uma perspectiva de futuro um pouco maior, se nós pensarmos no Brasil daqui a cinco, dez anos, essa semente que está sendo lançada é muito mais do que uma forma de evitar a marginalização, o desemprego e a pobreza. **Ela é um ensaio de uma economia oposta ao capitalismo.** Isto me parece extremamente importante. É uma grande experiência social e enquanto tal ela é válida em si. Será que ela vai nos levar ao socialismo? Eu acho que é bem possível.

Queria contar sobre uma experiência da qual eu participei quando jovem. Foi a única experiência de economia solidária de que participei na minha vida. Era um movimento de jovens judeus que levava à formação de kibbutzim em Israel. O kibbutz é a forma comunista integral mais autêntica do século XX. Eu acabei ficando no Brasil e saí direto desse movimento para o Partido Socialista para continuar a luta no meu próprio país. Meus companheiros que emigraram para Israel formaram lá o kibutz Bror Chail, que existe até hoje, e está na terceira geração. Isso aconteceu em 1950, hoje os meus companheiros são os avós das pessoas que tocam esse kibbutz.

É triste dizer que a experiência kibbutziana hoje se encontra numa forte crise. Muitos estão adotando princípios capitalistas. Quando era autêntico não havia dinheiro no kibutz. As pessoas trabalhavam, o kibbutz vendia a sua produção (que era agrícola no começo e depois foi industrial, hoje são serviços) e com esse dinheiro se comprava tudo aquilo que os membros do kibbutz precisavam consumir: roupa, comida, televisão, roupa de cama, o que fosse. Eram pobres no seu início, depois começaram a melhorar de vida. Essa foi uma experiência de grande escala. O movimento kibbutziano chegou a ter, e ainda tem, cerca de 120 mil membros, a população total, somando-se as crianças, deve ser um pouco maior, distribuída em cerca de 200 kibutzim que são aldeias comunistas, como as sonhadas por Owen.

A economia de Israel entrou em crise nos 1980, as dívidas se multiplicaram por causa da elevação dos juros e os kibbutzim foram obrigados a reduzir o seu padrão de vida. Eles tinham tido um padrão de vida similar ao da classe operária de Israel, que é alto, e tiveram que reduzi-lo, o que é extremamente doloroso. Isto destruiu (era a terceira geração, é importante lembrar) a solidariedade. Cada um começou a olhar quantas vezes o outro fazia telefonemas internacionais, porque a conta era comum, quantas vezes o cara esquecia a luz acesa, a água correndo, já que o consumo era coletivo etc. Começou a despertar

a idéia de que os que se esforçam mais, os mais competentes, não podem sofrer por causa dos menos competentes, dos mais infelizes, inábeis, egoístas ou irresponsáveis. Entrou o individualismo e o resultado foi que num certo número de kibbutzim não só adotou o rendimento monetário como resolveu pagar aos membros rendimentos diferenciados, embora o piso fosse o salário médio do país.

Há um grupo importante de kibbutzim, cerca de 1/3, que se mantém autêntico e são exatamente os que estão em melhor situação econômica hoje. Eles não estão sendo coagidos a reduzir o seu padrão de vida e todos os valores tradicionais têm sido mantidos. Os que foram mais atingidos estão praticamente se transformando em assentamentos capitalistas. Aí vem uma nota irônica: quando os primeiros kibbutzim começaram a acabar com tudo que era solidariedade, coletivismo, o curador das cooperativas de Israel interveio e disse: “Vocês têm que devolver a terra porque vocês receberam essa terra para fazer economia solidária”. Eles queriam, inclusive, construir apartamentos para pessoas idosas e alugar, para ver se ganhavam um pouco mais de dinheiro e isso é contra aos princípios cooperativos. Então a autoridade pública foi puxar a orelha desses kibbutzim.

Por quê estou contando isso? Porque cada vez que uma grande experiência solidária fracassa, eu tenho a impressão, e acho que outros como eu também, de que acabou o mundo, que a grande esperança acabou, enfim, de que não dá certo. Acho que estamos errados em encarar isso assim. Essas experiências se constroem, elas dão lições importantes. Se no futuro nós tentarmos voltar a construir formas coletivas de vida, certamente não faremos como os kibbutzim fizeram.

O kibutz foi construído em cima de uma idéia complicada da comunidade como uma grande família. E, como numa família, você faz pelos seus filhos ou pelos seus pais o que for necessário, exige-se dos membros uma entrega ilimitada. Acontece que à medida que a situação piora, de

repente se começa a medir, a competir, a dizer “ele faz, só porque a mãe dele mora nos Estados Unidos, três chamadas internacionais por semana, eu não faço nenhuma e ele recebe igual”. O que eu estou querendo dizer é que a proposta do kibbutz foi uma proposta irreal em termos de que nós não somos maravilhosos, nós podemos até nos dispor a ser maravilhosos em momentos em que a luta exige, mas nós provavelmente queremos ter uma vida normal depois disso. As relações de confiança, de solidariedade têm limites, tem os limites do nosso egoísmo, da nossa individualidade, da nossa integridade individual.

Todas as nossas experiências são válidas; as que fracassam, as que dão certo, as que degeneram e as que regeneram, à medida que somos capazes de registrá-las, de processá-las, de discuti-las, de transformá-las, dessa forma, em ensinamentos para avançar cada vez mais.

Eu falei de kibbutz que é uma experiência de um país estranho, de uma língua estranha, lá de Israel, mas eu poderia falar da experiência das cooperativas agropecuárias do MST. Foi uma experiência meio parecida. Essas cooperativas agropecuárias do MST no Brasil se inspiraram nos kibbutzim e nas cooperativas cubanas. Aqui também fracassaram em parte. Várias foram abandonadas e outras estão dando certo. Eu não me espantaria se os problemas que eles estão tendo não fossem algo análogo aos problemas que existem lá em Israel. Eu quero insistir que isso são vivências, não são apenas experiências, nós não somos camundongos de laboratório, somos gente.

A economia solidária progride negativamente, isto é, como resposta a alguma coisa muito ruim que é essa transformação econômica e social pela qual nós estamos passando e que vitima milhões de pessoas. Nós estamos oferecendo a estas pessoas uma proposta alternativa que é democrática e igualitária, e essas pessoas captam essa nossa proposta, fazem-na sua, aceitam os valores e em vez de procurar saídas capitalistas estão aceitando embarcar numa aventura que é

uma saída anticapitalista num país inteiramente capitalista. Eu acho que fazem bem, acho que são racionais. A maneira mais digna de sair de uma grande dificuldade é coletivamente, não uns as custas dos outros.

A sociedade capitalista não consegue se reproduzir enquanto todo social sem negar a sua própria lógica. Uma das primeiras coisas que se aprende no curso de Economia é trabalhar com um fantoche, com um homem hipotético que em latim chama-se *homo economicus* (o homem econômico), o homem que calcula, o homem que sabe racionalmente onde quer chegar e para chegar a seus objetivos, inteiramente pessoais, egoístas, ele vai fazer exatamente tudo aquilo que se esperaria de um ser racional. Esse homem não existe, ele é uma hipótese, mas é uma hipótese que se aproxima da realidade. Todos nós no mercado nos comportamos como o *homo economicus*.

No mercado sim, fora do mercado não. Imagine que sociedade monstruosa nós teríamos se todos os homens, todas as mulheres, todas as crianças se comportassem como perfeitos egoístas

racionais. A vida seria impossível. A vida comum seria impossível. E isto, os próprios ideólogos do capitalismo sabem perfeitamente bem. Então, eles procuram difundir nas pessoas uma espécie de esquizofrenia: seja racional e egoísta no mercado, seja generoso com sua família, com seus vizinhos. Na medida em que o capitalismo precisa desses valores pré-capitalistas, religiosos e outros mais para poder minimamente criar uma sociabilidade, ele abre uma imensa brecha para nós lançarmos esses valores no campo econômico.

Podemos nos perguntar: do mesmo modo que não há o *homo economicus* também não existe o *homo cooperativus*? Então, de que forma se vai poder, não dispondo desse tipo de indivíduo, levar adiante e com sucesso a luta cooperativa? O *homo cooperativus* seria a pessoa que se abre à cooperação, que se dá na cooperação, que tem abnegação, que coloca o seu interesse individual em segundo plano a favor do interesse coletivo ou dos que precisam mais. É um ser parcial. Nós não podemos pensar em criar uma sociedade – essa foi uma utopia triste – baseada



somente no *homo cooperativus*, em homens santos. Nós temos que criar uma sociedade decente, humana, boa para pessoas que também são egoístas, que também têm interesses próprios, que também se medem e têm inveja. É muito fácil ser *homo cooperativus* quando não se tem muito o quê repartir. É mais complicado quando há uma certa abundância e as coisas são relativas, aí é mais difícil, mas eu acho que a questão merece muita discussão. Temos que aprender a criar instituições que admitam o egoísmo como não sendo uma coisa insuportável. As pessoas devem poder ser egoístas dentro de certa medida nos momentos em que isso é tolerável. Não há outro jeito.

Eu vou falar de um dos grandes conflitos que aconteceram no kibbutz. Os artistas. O que o artista quer mais? É tempo para poder pintar ou esculpir ou escrever ou compor música. Isso significa que a comunidade tem que sustentá-lo. E aí como é que fica? Sobretudo se ele ainda não é reconhecido. Se nada do que ele pintou, esculpiu ou compôs rendeu um tostão. Isso acontece em nossas famílias quando se tem um filho artista. Ele pede um crédito aos pais, aos irmãos. Algumas vezes dá certo e outras não. Mas e quando é no kibutz? Quando é a *grande família*. Eu tenho um depoimento sobre isso. O kibutz dá um crédito: “Fica um ano, vê se escreve um romance, vê se empina... Se um ano passou e você não conseguiu escrever, passou o segundo ano e nenhum editor aceitou, vai pegar no pesado, você não dá pra isso.” Nós temos que criar instituições solidárias, mas em que as pessoas não podem depender tanto do altruísmo de todo mundo, porque não é realista.

O exemplo do kibutz é extremo, mas esses problemas se repetem diariamente em nossas cooperativas. É só olhar de perto. Quem está vivendo a experiência cooperativa, seja como cooperado ou como assessor, como incubador, seja lá o que for, acho que sabe do que eu estou falando. Como é que faz quando um cooperado falta ao trabalho? Desconta o dia? Como é que faz para justificar a falta?

Algumas vezes é óbvio: faltou porque estava doente, todo mundo viu. Agora faltou porque o filho estava doente, ou porque o marido estava doente... Como é que é? E quando a pessoa tem uma retirada maior porque teve um gasto? A cooperativa é uma família não é uma empresa capitalista. Mesmo na empresa capitalista esses problemas afloram. Quem alguma vez trabalhou em Departamento de Pessoal (eu nunca fiz isso, mas eu posso imaginar) sabe que sempre há uma fila de pessoas pedindo favores, e, portanto, tem que haver critérios. Em última análise nossas empresas solidárias exigem sem dúvida nenhuma a realização da cooperação entre as pessoas, entre os sócios, e a solidariedade tem que ter limites.

Porque o pior que pode acontecer, e isso me vem à idéia por causa da crise dos kibbutzim, é quando os ideais da solidariedade e da cooperação são levados a um tal ponto que levam ao abuso. Aí estraga tudo! De repente se descobre que fomos todos enganados: “ele dizia que estava escrevendo, e estava indo para a farra”. Esse processo de ter sido levado na boa fé é extremamente destrutivo. Então tem que tomar muito cuidado, temos que achar formas de realmente conseguir chegar a um equilíbrio, desculpem usar essa palavra, entre o egoísmo e o altruísmo, entre a cooperação e a competição.

Esta é a última definição que posso oferecer a vocês de economia solidária. A economia solidária é, nada mais nada menos, que a tentativa de levar ao campo econômico aquilo tudo que, no capitalismo, não se deve levar. Ou seja: não à competição; não à propriedade privada; não a ganhadores e perdedores do mercado. Vamos tentar criar exatamente na economia, exatamente no mercado, uma economia tão solidária, tão comunitária, tão igualitária, tão democrática quanto a sociedade que queremos criar no plano político, no plano religioso, no plano da convivência social. A economia solidária é portanto uma proposta integradora.

Os mais velhos hão de lembrar as grandes campanhas anticomunistas que nós tivemos aqui no Brasil, sobretudo no regime militar. Qual era

o grande argumento contra o comunismo? Não era o comunismo, era ser totalitário, era ser uma ditadura, era ser imposto. Não era isso? O comunismo em si mesmo não estava em discussão. A economia solidária não se impõe a ninguém, não pretende usar a força para nada, é uma proposta para pessoas que queiram se unir a outras pessoas comunitariamente para empreendimentos econômicos. A economia solidária se prende a valores muito fundamentais do ser humano, definidos por todas as religiões – os católicos, os crentes, os judeus, os muçumanos, os budistas – e é por causa disso que ela é lógica, sobretudo, para as pessoas que estão precisando de uma saída.

Por outro lado, ela tem enorme dificuldade em se autocriticar, em se auto-reconhecer e vai chegar o momento em que, para que não precisemos fazer, como estou fazendo aqui, uma longa fala só para definir, só para circunscrever e aprofundar o significado da economia solidária, vai se tornar fundamental separar o joio do trigo e dar aos empreendimentos que têm estes princípios uma identidade claramente diferenciada.

Cooperativismo e Socialismo

Eu não acredito que nós vamos realizar o socialismo através da mera multiplicação de cooperativas, embora eu ache que isso seja muito importante. Para mim o socialismo é a democratização de todas as instituições humanas. São muitas frentes de luta e a economia solidária é uma delas. Por exemplo, nós numa democracia política participativa em grau muito maior do que nós temos hoje. As experiências de Orçamento Participativo são extremamente interessantes, são um caminho para o socialismo. É claro que no meio do caminho, antes de chegar lá, vamos ter que eliminar essa miséria urbana que hoje existe, essa carência de serviços básicos e assim por diante, o que transformará a participação nos orçamentos em outra coisa.

Hoje é uma luta inglória - estou falando como ex-Secretário de Planejamento que fez o

orçamento participativo em São Paulo² - por verbas para coisas elementares como asfaltar ruas, como urbanizar favelas, como construir um pouco mais de moradias para gente que está na rua. Estou imaginando que num outro patamar essa participação nos orçamentos será uma participação muito mais ampla e funcionará em todas as instituições estatais públicas. Nós estamos lutando nas nossas universidades para democratizá-las. Isso faz parte da luta pelo socialismo. Há luta nas igrejas para isso. Há lutas extremamente importantes de mulheres, de crianças, de velhos, de negros, de vários tipos de pessoas que são discriminadas e inferiorizadas na sociedade atual. Essas lutas levam ao socialismo.

O socialismo é inseparável de todas as lutas dos oprimidos e discriminados da sociedade. O socialismo não significa que nós vamos criar o paraíso na terra. Eu não acredito nisso. Mas vamos pelo menos chegar a uma situação em que as contradições que vão surgir serão radicalmente diferentes das atuais. Aí é que nós vamos saber que chegamos ao socialismo. Serão outras lutas. Eu não acredito e acho que nem vocês acreditam mais de que vamos chegar ao fim da História. Mas vamos evidentemente progredir, o que nos interessa é poder avançar. E já avançamos muito.

A democracia que temos hoje no Brasil não é a ideal, estamos muito longe de ser a democracia com a qual sonhamos e que precisamos de fato, mas é um primeiro passo. Quem viveu 22 anos de regime militar sabe muito bem do que estou falando. Não vamos abrir mão de nenhuma dessas conquistas. Eu vejo um processo de luta pelo socialismo e é um processo em que há avanços e recuos. Quase sempre quando há um recuo o avanço que se segue é maior. O movimento operário que ressurgiu depois do regime militar é várias vezes melhor que o movimento operário em que eu me formei nas lutas pré-golpe militar de 64. Não há dúvida que o PT não é o Partido

² Paul Singer foi Secretário de Planejamento na gestão de Luiza Erondina

Socialista melhorado, é uma coisa qualitativamente superior. Ainda que cheia de defeitos.

Nenhuma luta se subordina a outra. Vamos parar com essa história de que tem uma luta estratégica e que todas as demais são formas auxiliares daquela luta. Isso foi um grande erro cometido no passado. Era a luta pelo poder, pois se se tomasse o poder o resto vinha por si só. Nenhuma luta vai nos dar o poder definitivo. Todas elas são igualmente importantes – as dos negros, as dos índios, dos camponeses sem terra, das mulheres, das crianças e assim por diante.

A economia solidária em rede nacional

Outro ponto que gostaria de mencionar é de que é objetivamente indispensável aglutinar a economia solidária numa forte unidade nacional e quem sabe internacional. Caso contrário não vai dar certo, não vai ser possível competir com as empresas capitalistas somente mantendo os valores solidários. Podemos tomar Mondragón, não como um modelo, mas como uma experiência relevante, até para não fazer coisas que eles estão fazendo errado.

Mondragón é uma pequena cidade basca que tem o maior complexo cooperativo do mundo, tem um grande banco, indústrias, a maior rede de supermercados da Espanha, é um negócio muito grande, tem 42 mil pessoas trabalhando e é economicamente muito eficiente. Se consegue manter a autenticidade dos valores é uma outra discussão. Tentam, pelo menos. Não é um modelo, eu insisto, mas é uma experiência a ser estudada. Ou seja, como é possível construir no Brasil uma economia solidária vigorosa com cooperativas para serem compradoras ou vendedoras de serviços e produtos de e para outras cooperativas. Isto é absolutamente essencial.

Precisamos criar cooperativas de 2º grau, precisamos criar uma rede de crédito cooperativo com muitas cooperativas de crédito comunitárias para todos nós aprendermos a fazer finanças. Essa é uma habilidade essencial no mundo de hoje –

aprender a fazer empréstimo, a cobrar juros, a coletivamente decidir em que circunstâncias os empréstimos podem ser prolongados ou não, em que circunstâncias você liquida um empréstimo de um cooperado.

Outro dia o companheiro de uma cooperativa de crédito agrícola me perguntou: “Como é que a gente faz quando o companheiro definitivamente não vai pagar? Tiramos as terras deles?” É uma decisão terrível! Mas você tem que prever antes, não adianta esperar acontecer, você tem que ter normas para isso para tornar palatável e não destruir a comunidade inteira.

Enfim, acho que nós sabemos disso e estamos construindo isso. O projeto mais ambicioso é essa rede nacional de crédito cooperativo que a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT já está implementando em parceria com o Rabobank – um banco cooperativo da Holanda, um dos maiores do mundo, formado por 440 cooperativas de crédito, e o BNDES. Curiosamente, o BNDES está sendo parceiro nesta empreitada, o que vai implicar em superarmos, em quebrarmos a resistência feroz do Banco Central às cooperativas de crédito. O Banco Central neste momento quer destruir as cooperativas de crédito.

Para mim, cooperativa de crédito é importantíssima enquanto experiência socialista, importantíssima enquanto instrumento de fortalecimento da economia solidária. Temos que quebrar o monopólio dos bancos que cobram juros horrendos de todos nós. Temos que mostrar na prática que se pode criar um sistema de crédito eficiente cobrando 1/5 desses juros. Acho que nós podemos fazer isso. É o que nós vamos aprender, nós movimento de esquerda, enfim os que querem uma outra sociedade que não a capitalista. No país mais capitalista do mundo, os EUA, existe uma das maiores redes de cooperativas de crédito. Financiam casa própria, financiam cooperativas, enfim aplicam dinheiro a juros, mas é uma organização de massa, tem milhões de membros.

Economia Solidária Como um dos Eixos de uma Aliança Estratégica

O sujeito da Economia Solidária primeiramente é aquele que percebe o carecimento radical, a possibilidade de reorganização social, de apropriação de terra, de ocupação da fábrica, de construção de demandas. Vê a possibilidade de construção de cooperação, de articulação de um potencial, como é o caso de quem produz o Linux, de quem está no Movimento Sem Terra, porque precisam dessa mutação subjetiva. Portanto, parte da transformação social tem como um de seus núcleos potenciais de socialização, de projetos, de antagonismo, uma plataforma ligada ao cooperativismo, ao associativismo e à solidariedade. Mas uma outra parte da sociedade vai precisar acessar as condições de produzir isso. Vai ter que produzir uma ponte de alianças estratégicas, um conjunto de condições e antagonismos para atender carecimentos básicos. A economia solidária hoje remete para o acampado sem terra, para o engenheiro demitido, para o técnico em informática precarizado. Certamente, portanto, ela não diz respeito apenas ao proletário e sub-proletário desqualificado pela transformação tecnológica, pela automação microeletrônica nas fábricas.

Essa dicotomia entre egoísmo e socialização na prática é o seguinte: ou há uma demanda e uma exigência objetiva de uma cooperação coletiva baseada na inteligência comum de vários atores e vários sujeitos ou a economia solidária não se desenvolverá. Se há, então esse é o aspecto ligado à construção de um potencial de conflito que demanda competências estratégicas. A economia solidária visa dar competências estratégicas àqueles que estão no limbo, que estão no limite.

Para os outros, os que se encontram na exclusão absoluta, a intervenção sócio-política, a renda mínima, a alfabetização, o combate ao trabalho infantil etc. - políticas de Estado - se fazem necessários. Mas, certamente os sujeitos convivem juntos. Moram na mesma favela alguém que tem 2º grau e alguém que não tem nada. Moram na mesma territorialidade e contigüidade, mas estão

fragmentados. Operam na mesma economia social e sócio-criminal, por exemplo, a ponta complexa da informação narcotraficante e financeira e a ponta da exclusão sócio-criminal no território, na boca-de-fumo e nós vamos ter que lidar com isso.

E aí entra um outro aspecto importante da economia solidária, é que ela é uma forma estratégica para colocar a reorganização do setor produtivo e a potencialidade emergente da revolução micro-eletrônica e do novo trabalho coletivo que está lá nesses territórios. Uma das grandes disputas hegemônicas no mundo hoje diz respeito à capacidade do controle do potencial do trabalho intelectual coletivo que nasceu dessa superprodução em rede. E aí está um terreno que não diz respeito só à globalização financeira, aí está um conflito de classes de novo tipo. A nossa tarefa é perguntar: é possível que a economia solidária seja a forma de estabelecer essa ponte entre quem está no terciário superior, quem está semi-incluído, quem está na microinformática, no novo trabalho coletivo em rede, quem está na ponta da exclusão absoluta e quem tem essa possibilidade estratégica de ser ator coletivo e sócio-cooperativo e que se rapidinho não produzir solidariedade recíproca está frito?

A solidariedade não é só como cada sujeito organiza o seu empreendimento, isso é cooperativismo, isso é autogestão. A solidariedade é como politicamente esses sujeitos se articulam. E daí que a economia solidária seja uma ponta da inseparabilidade entre economia e políticas nesse momento do embate concreto nessa sociedade. Ela é complementar na Espanha e em outros lugares, mas no Brasil ela pode ser a ponte da aliança estratégica. Essa é uma hipótese de trabalho que vai além de construir o cooperativismo e, nesse sentido, tem a ver com a plataforma e com a bandeira política no redesenho das políticas públicas, no redesenho da política industrial, de ciência e tecnologia, etc.

Cunca Bocayuva – Diretor da FASE Nacional



Digo que a economia solidária pode ser um eixo de uma aliança estratégica. Digo isso com enorme hesitação porque tenho interesse nisso e me pergunto o quanto este interesse está me levando a acreditar no que eu quero. Mas, vejamos alguns argumentos objetivos. Em primeiro lugar, a Economia Solidária fecha um ciclo. Temos no Brasil conquistas muito importantes. Nossa democracia não é a pior do mundo. Temos grandes instituições democráticas e temos com isso avanços importantes no campo sindical, no campo partidário, no campo parlamentar. Não temos avançado no campo econômico, neste estamos muito atrasados. Nossos micro e pequenos produtores estão agora adquirindo cidadania e começando a se transformar em atores também e não meramente em figuras marginais no plano econômico. Isso é importante. Nós estamos multiplicando formas associativas novas e acho que com a Internet nós vamos, como sempre somos criativos, provavelmente pular lá para frente e ter a iniciativa. Estou

convencido disso. Então vai haver, ao lado dos sindicatos, ao lado do movimento popular reivindicativo e ao lado dos partidos políticos, esta coisa nova que é gente que ganha a vida experimentando uma sociedade diferente, oferecendo a quem queira o que poderia ser uma outra sociedade. Penso que esta experiência pode ser o eixo de uma aliança estratégica.

O eixo com o qual eu cresci e passei toda a minha vida era o partido político. Isso porque nós apostávamos totalmente no exercício do poder de Estado. Quer dizer, o Estado como grande transformador social. Não era uma idéia estúpida, o Estado foi muito importante no Brasil e acho que agora é um erro dizer que não tem mais importância. Só que nós avançamos em termos democráticos e desfibramos o Estado brasileiro. Hoje o presidente da República tem muito menos importância do que ainda se imagina. O prefeito é importante, o governador do Estado é importante, o vereador pode vir a ser importante. Na medida em que nós dividimos

melhor os poderes estatais tornamos o público mais próximo do cidadão e abrimos portas para esse cidadão entrar no público e participar. O partido político continua sendo extremamente importante a meu ver, mas ele não precisa ser necessariamente o eixo que organiza os outros. Pode ser que continue sendo, eu diria que neste momento ainda é, mas pode ser que no futuro seja um pouco diferente. Para isso seria necessário você ter uma organização econômica alternativa séria, de caráter socialista, que fosse capaz de polarizar com a forma capitalista hegemônica. É sobre essa base que talvez se possa ir construindo um outro eixo estratégico.

No entanto, uma grande parte da esquerda continua buscando respostas políticas que apontem para um confronto maior com o capital. Para estes a economia solidária não passa, no máximo, de um avanço lento e gradual que não interfere no capitalismo. E que afirmam que não vai dar certo, pois o capitalismo tem uma enorme capacidade de se apropriar das coisas que são contraditórias a ele e aproveitar para dentro de si mesmo. Como, por exemplo, as próprias cooperativas.

Talvez uma reflexão sobre o governo de Allende possa nos ser útil. O fato é que o Allende e sua coligação nunca conseguiram 51% dos votos no Chile. Ele não tinha um mandato para fazer o que fez. O pior não foi isso, é que ele não tentou fazer outra coisa a não ser expropriar a burguesia. E expropriou. No momento em que houve o golpe militar já não havia grande burguesia no Chile, isso é um fato. Todas as grandes empresas tinham sido expropriadas, mas isso não levou a socialismo nenhum. Tinha sido feita uma enorme reforma agrária, não havia mais latifúndio nenhum. Havia estatização, havia uma economia estatal que estava já nos seus inícios mostrando enormes dificuldades de gestão. Não houve infelizmente nenhuma tentativa de autogestão. Não obstante, tenho a maior paixão pelo Allende e sua experiência porque ela foi democrática de fato, foi autêntica de fato.

Não estou falando do Chile hoje. O Chile de Allende infelizmente passou ao largo dessa possibilidade, havia essa possibilidade e ninguém foi proibido de fazer, mas ninguém fez e, portanto, o embate que se deu foi um embate político, o país já estava profundamente dividido antes do golpe militar, uma maioria era contra a experiência que estava sendo feita. Mas a experiência não tinha perspectiva. A experiência mais positiva que Allende fez no plano econômico foi uma grande redistribuição de renda. Ele efetivamente ajudou os pobres, ele aumentou os salários baixos, causou uma melhora substancial no padrão de vida dos chilenos pobres e isso deslançou uma imensa inflação. Já havia uma inflação de 500%, naquele momento mal represada, que iria se manifestar por inteiro, porque não se conseguiu reduzir o padrão de vida das classes altas. Ao melhorar o padrão de vida das classes baixas e não reduzir o padrão de vida das classes altas, o excesso de demanda acabou provocando a explosão dos preços.

A experiência do Allende e do socialismo chileno foi importantíssima para nós latino-americanos. Aquilo foi uma espécie de reedição da guerra civil espanhola, participavam argentinos, mexicanos, brasileiros etc. Ela foi uma grande tentativa de avançar com democracia para além do capitalismo e fracassou. Nós somos hoje devedores dos chilenos por essa imensa lição, mas não para repeti-la.

O problema básico é que o governo de Allende não tinha qualquer proposta socialista de fato. Aquilo que foi estatizado poderia ter sido transferido para os trabalhadores democraticamente, mas foi repartido entre os partidos da Frente Popular. O Partido Comunista ganhou uma série de empresas para dirigir, o Partido Socialista ganhou outra série de empresas, os cristãos socialistas que estavam participando ganharam outra série de coisas.

Agora vem a questão que eu acho que é importante sobre o confronto frontal com o capitalismo. A meu ver nós estamos con-

frontando com o capitalismo diretamente. O fato de nós demonstrarmos que uma empresa que fracassa na mão de um grande empresário capitalista, quando repassada aos seus trabalhadores eles a reabilitam e depois de alguns meses voltam a funcionar normalmente e pagam os seus salários e mais que isso, pagam os impostos que ele não pagava na agonia da empresa, é, a meu ver, um confronto direto com o capitalismo.

O que significa confronto político? Confronto político com o capitalismo é proibir o capitalismo? É expropriar a burguesia e dizer “aqui ninguém mais pode ser assalariado”. É essa a idéia? Se for essa eu sou contra. Se não é essa não tem como confrontar o capitalismo a não ser no plano econômico. Sou favorável que no socialismo os capitalistas possam continuar existindo e ser capitalistas. Se alguém quiser ser assalariado, é um

direito dele. Isso que se fez no socialismo real de perseguir com a polícia quem quisesse criar uma empresa capitalista foi um dos muitos absurdos realizados. Não é assim que se acaba com o capitalismo e sim permitindo que todo mundo que não queira não precise ser assalariado. Você abre a oportunidade a todos que queiram ser autônomos, coletiva ou individualmente. Essa é a forma de acabar com o capitalismo. Se ainda assim muita gente quiser ser empregada, é um direito dela.

Eu não estou falando isso de uma forma completamente hipotética. Nós estamos enfrentando essa situação aqui e agora. Quantas vezes uma empresa vai à falência e se abre a possibilidade dos trabalhadores ficarem com ela e uma parte grande dos trabalhadores diz “não, eu não quero, eu quero o meu fundo trabalhista



e quero ir embora porque eu não acredito na gestão coletiva, eu prefiro ser empregado, quero ter certeza dos meus direitos trabalhistas, do meu registro em carteira”. Embora ele saiba que é mínima a possibilidade dele conseguir outro emprego. Nós estamos fazendo essa experiência agora. Hoje em dia uma parte importante dos trabalhadores brasileiros quer ter patrão. Os meus companheiros da ANTEAG que estão diretamente envolvidos com 70 empresas médias e grandes assim como a Sandra Mayrink Veiga da Fase que trabalha em formação de cooperativas, me contam como alguns trabalhadores têm saudades do patrão: “Puxa, não tinha essa preocupação de se vai conseguir ou não pagar a aposentadoria, se conseguimos vender ou não. Não tinha que ficar decidindo tudo toda hora, era mais fácil obedecer ordens etc.”

Nós estamos inventando, estamos encontrando uma forma de combater o capitalismo que no fundo é muito mais radical do que aquela de Allende. Ele queria fazer o socialismo para valer, mas o que ele fez foi criar um vasto capitalismo de Estado. Neste sentido, nós estamos sendo mais radicais. Posso me confrontar com o Banco Central que quer manter o monopólio dos bancos do sistema financeiro. Isso é um confronto que vamos ter que fazer. Mas, com o capitalismo o confronto é para superá-lo e isso exige a criação dum modo de produção superior.

Se eu crio uma empresa em que as pessoas que entram necessariamente integralizam o seu capital por igual e adquirem com isso pleno direito sobre a empresa enquanto donos e ao mesmo tempo trabalham nela, a meu ver eu levei valores anticapitalistas para uma atividade econômica. Ou se eu crio uma companhia de seguros cujos donos são os segurados eu criei evidentemente uma empresa completamente diferente de uma empresa capitalista de seguros. Poderia dar exemplo de uma cooperativa de crédito que dá no mesmo.

O argumento para criar uma cooperativa de crédito ao invés de um banco não é a eficiência. Elas não podem ser comparadas porque têm finalidades completamente diferentes. A única finalidade do banco é dar lucro para o banqueiro. Ele presta serviços porque é obrigado. O resto é propaganda, é ideologia. A cooperativa de crédito não tem banqueiro, a sua única finalidade é servir aos seus donos que são todos os associados. Eu não estou comparando formas alternativas para o mesmo objetivo. São objetivos diferentes. E aí vamos encontrar os meios lógicos e racionais para chegar a esses objetivos diferentes.

A empresa socialista ou, enfim, solidária, está metida ainda, por enquanto, no mercado capitalista, mas não é indispensável que esse mercado seja capitalista. Ou seja, ela pode criar o seu próprio mercado e uma dessas possibilidades seria criar novamente cooperativas de consumo. A cooperativa de consumo para o consumo a varejo fracassou no mundo inteiro,

estão fechando grandes cooperativas de consumo no Primeiro Mundo, não creio que seja fácil competir com vantagem com os *Carrefours* da vida. Mas, no campo da educação, da saúde, do seguro etc., a economia solidária é melhor que a economia capitalista.

Há amplos campos de desenvolvimento de um cooperativismo de consumo. Cooperativas de produção e comercialização de produtos artesanais têm se desenvolvido muito no Brasil. Cooperativas de habitação estão se multiplicando pelo Brasil, estão oferecendo habitação em melhores condições que as empresas capitalistas, pelo que eu estou informado, cobrando muito menos juros e sem esse risco imenso que as empresas têm de quebrar de vez em quando e deixar centenas de milhares de famílias que já pagaram a casa própria a ver navios.

A economia solidária não se deve restringir a reeducação do sistema de produção, mas deve também enfrentar a questão da reeducação da forma que se consome. Para que a economia solidária possa afirmar seus valores ela não deve ser competitiva. A experiência de Mondragon está mostrando isso. Mas é possível, quem sabe, criarmos um setor em que também o consumo seja organizado de forma solidária e aí não há necessidade de competir. Não é a competição que vai garantir a qualidade dos bens de serviços oferecidos aos consumidores.

Nós estamos pela primeira vez enfrentando diretamente a questão do modo de produção socialista. Não só no Brasil, mas no resto do mundo também. É uma nova tentativa. Isso já foi enfrentado pelos utópicos à sua maneira, fracassou, mas deixou lições importantes. Não sei se nós vamos fracassar ou não, mas a tentativa é extremamente sólida. Precisamos considerar rapidamente a possibilidade de que também a comercialização pode ser solidária. Eu não preciso produzir solidariamente e vender competitivamente. Eu posso criar tudo, quer dizer, até o consumo final eu posso criar cadeias em que os valores da democracia e da igualdade prevaleçam nas relações. Existem exemplos concretos.